**DATA:** 06/07/2012 **LOCAL:** Sala do CAU/RS

**HORÁRIO DE INÍCIO:** 10h **HORÁRIO DE TÉRMINO:** 12h

**1. Presentes à reunião:** Coordenador Carlos Eduardo Mesquita Pedone, conselheiros Marcelo Petrucci Maia, Clarissa Monteiro Berny e secretária executiva Roberta Valença.

**2. Aprovação da última súmula:** Foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. A próxima reunião será no dia 20/07/2012.

**3. Relato do coordenador da Comissão, Carlos Eduardo Mesquita Pedone, sobre a viagem à Brasília:** ocorreu a apresentação da empresa Notoriun e o porquê da contratação da referida empresa, outras autarquias já utilizam os serviços, tais como Departamento de Polícia Federal e Ministério das Cidades. Será feita uma fiscalização inteligente, a Notoriun passará um relatório com um mapa da situação ao CAU/BR sobre a fiscalização. O arquiteto e urbanista terá que adquirir um token (chave eletrônica) no valor de R$ 10,00 para acessar os dados da obra a ser fiscalizada.

Novo ambiente do SICCAU entrará no ar no final de julho ou início de agosto de 2012. O tutorial do SICCAU também está sendo trabalhado para entrar no ar e estará localizado na parte superior à direita na página.

Está sendo elaborado o Protocolo para cada Estado e também organizado de acordo com o organograma funcional dos setores, permitindo acesso restrito, podendo tramitar internamente o processo e realizar alterações no âmbito regional. O palestrante informou que a empresa Tecnotec vai fazer um vídeo de treinamento. Os estudos e objetivos são no sentido de avançar no processo de tramitar sem papel, digitalizar e ter certificação digital para ter validade como assinatura digitalizada. Será criada no protocolo em setor específico a transição de cada estado para direcionar protocolos que foram feitos em outros Estados e que foram feitos em setores mais gerais. O ambiente hoje denominado de “ambiente do profissional” passará a ser chamado de “ambiente do arquiteto”.

A **nova carteira profissional do Conselho de Arquitetura e Urbanismo** será um cartão termoplástico composto basicamente pelo nome, uma foto e um chip que armazenará todos os dados do profissional. Com este chip será possível integrar-se, através de um rastreador, com o sistema de georreferenciamento com a fiscalização por VANTs. Para a confecção e entrega da nova carteira será feita a foto atualizada do profissional (que também irá para o ambiente do SICCAU), e sua certificação digital (padrão privada), permitindo maior validade legal para todos os atos do arquiteto e urbanista. Não serão cobrados quaisquer custos para a confecção da carteira. A empresa que realizará a confecção das carteiras foi definida e contratada mediante processo licitatório feito pelo CAU/BR em julho de 2012, tendo como prazo de entrega das carteiras entre os meses de agosto até dezembro de 2012. Os cadastramentos biométricos e distribuições das carteiras no Rio Grande do Sul serão feitos pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul mediante agendamento pré-estabelecido que será divulgado aos profissionais com a devida antecedência. Existem 10.900 arquitetos e urbanistas no Rio Grande do Sul sendo 5.100 na região metropolitana e 5.800 nas demais regiões do Estado. Em Porto Alegre, a entrega será feita na sede do CAU/RS com a possibilidade de outros endereços de entrega na Capital e demais cidades do Estado. Será analisada a possibilidade de convênio do CAU/RS com as entidades locais para cedência do espaço para entregar as carteiras.

O coordenador Pedone relatou que a arquiteta Mirna Cortopassi Lobo falou sobre o Gerenciador Eletrônico de Documentos – GED, que é um software de controle organizacional de documentos em papel. Primeiramente haverá o mapeamento para separar o que é documento analógico e o que é documento digital. Todos os processos em aberto podem ser transferidos para o meio eletrônico, como por exemplo, referentes às ARTs que não estão nos CATs. Será disponibilizado para todos os CAUs um ambiente para ser o depositário de todas as informações digitais. Sobre as licitações para tratar da documentação que está com o CREA, deve-se utilizar a Ata de Registro de Preços do Amapá. Os CAUs podem aderir a esta ata da Receita Federal.

Ainda sobre a palestra, o conselheiro Pedone relatou sobre o que foi dito a respeito da **Fiscalização**, conceito este que permeia todo o plano de trabalho desta gestão no CAU/BR, deve levar em conta a cidadania, a legitimidade e a sustentabilidade, três princípios que temos que seguir. Haverá Termos de Cooperação Técnica com as Prefeituras para que todo o Alvará tenha um RRT. Checar todos os alvarás, ou seja, a construção da cidade realizada através da legalidade. Procedimento sugerido para a Fiscalização: primeiro um aviso preventivo e educativo com memória que é informado ao CAU que deverá comparar com o sistema corporativo para ver se entrou uma RRT neste local em prazo determinado, (conforme resolução). O token (chave eletrônica) que ajudará na fiscalização custará em torno de R$ 10,00 e ficará em uma placa localizada na obra, poderá reutilizar em várias obras, falta definir as interoperacionalidades tecnológicas. O arquiteto Pedone relatou ainda que a reunião foi realizada a tarde sobre o VANT com o fabricante nacional para discutir os detalhes. Será enviada uma versão geral do Termo de Cooperação Técnica para então distribuir aos CAU/UFs para conveniar com os Municípios. Também haverá cooperação com a Receita Federal que tem como objeto as empresas.

**4. PLS 491/2011 – Manutenção Predial**: Foi estudado o texto do projeto e será sugerida alteração na justificativa para que seja permitida a participação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, pois o conteúdo está muito abrangente, deve-se deixar mais específico. Será solicitado ao Diretor-Geral do CAU/RS, Eduardo Bimbi, uma minuta de ofício para posteriormente ser encaminhada aos senadores gaúchos.

**5. INCRA – Atribuição profissional em Georreferenciamento**: Será solicitada a presença da coordenadora da Comissão de Ensino e Formação, Nirce Saffer, para participar da próxima reunião da Comissão de Exercício Profissional a qual ela estiver com a agenda livre, para tratar do assunto.

**6. Ofício às Prefeituras Municipais**: foi revisado o texto e será encaminhado às Prefeituras Municipais para que se obtenham informações das fiscalizações em órgãos públicos.

Súmula aprovada na 8ª reunião da Comissão de Exercício Profissional, realizada em 20 de julho de 2012.

|  |  |
| --- | --- |
|  Carlos Eduardo Mesquita PedoneCoordenador da Comissão |  |
|  |  |